

# A IMPORTÂNCIA DOS FINANCIAMENTOS INTERNACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO PARANÁ: O ESTUDO DE CASO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL – PRÓ-RURAL

---

Lucineia Menezes Rosa Meister<sup>1</sup>

Antoninho Caron<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo visa abordar a contribuição dos financiamentos internacionais de programas para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná através de um estudo de caso do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – Pró-Rural. Para responder a pesquisa utilizou-se do método de estudo de caso, de caráter qualitativo e exploratório, onde analisou-se os resultados econômicos e sociais (preliminares) advindos da execução do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – PRO-RURAL. Foram feitas análises utilizando-se o Modelo Lógico (IPEA) para cada um dos objetivos específicos previstos, por meio da mensuração dos indicadores (produto, resultado intermediário e resultado final), verificando o cumprimento, efetivo ou não, destes objetivos e, de que forma, esses indicadores nos permitem apontar impactos no desenvolvimento socioeconômico para a área de abrangência do Programa. As análises apontam para um atingimento parcial do resultado final previsto, porém com alguns possíveis impactos importantes no desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioeconômico. Financiamentos Externos. Pró-Rural. Paraná.

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração pela FAE Centro Universitário. *E-mail*: Lucineia@Gmail.com

<sup>2</sup> Administrador e Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: acaron@fae.edu

## INTRODUÇÃO

Existe a necessidade dos governos em tomar decisões e fazer boas escolhas de políticas públicas que atendam aos anseios da sociedade.

Essa necessidade é ainda mais clara no cenário atual de escassez de recursos financeiros para novos investimentos no qual se encontra a administração pública brasileira, tornando de extrema importância planejar e gerenciar de maneira eficiente e eficaz os programas e projetos definidos pela agenda governamental.

A busca de financiamentos externos para investimentos em programas e projetos tem sido a alternativa por parte dos governos para minimizar a escassez de recursos.

Neste contexto, merece destaque o papel relevante que os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) possuem nos empréstimos de recursos financeiros e técnicos para os diversos governos (nacionais, estaduais e municipais) visando fomentar programas direcionados ao desenvolvimento socioeconômico da população (IPEA, 2014).

O Paraná desde a década de 1970 tem financiado e desenvolvido um conjunto de programas e projetos em parceria com os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. Estes programas, seguindo as diretrizes destes organismos, têm apoiado projetos estratégicos voltados à segurança pública, saúde, educação, combate à pobreza, desenvolvimento rural, conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Destaca-se que a construção e implementação destes programas procuraram priorizar em suas ações as questões ambientais, em especial as ações de manejo e conservação de solo e água, nas regiões mais dinâmicas e que tinham sofrido maior impacto ambiental ou em ações voltadas a inclusão socioprodutiva das populações rurais das regiões menos desenvolvidas e com baixo dinamismo econômico no processo de modernização da agricultura.

Porém a pergunta que sempre permeiam as discussões quando o tema são os financiamentos externos é: os programas financiados com recursos externos têm gerado os impactos previstos e desejados?

O presente artigo pretende demonstrar que a utilização de financiamentos internacionais, em especial na área rural, tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do Paraná.

Assim, a pesquisa fará um estudo de caso, tendo como objeto o Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – Pró-Rural, executado pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, e que em conjunto com outros nove

programas, integra o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, oriundo do contrato de financiamento nº 8201-BR com o Banco Mundial.

Como metodologia da pesquisa se utilizou o método de estudo de caso, com a utilização da pesquisa qualitativa e exploratória para a abordagem do problema, o que significa que não foram utilizados métodos instrumentais estatísticos na análise dos dados, e sim, usado como base para a construção das ideias da pesquisa o conhecimento empírico, buscando ampliar o conhecimento sobre o tema proposto (ZANELLA, 2009).

Para a apresentação da análise e discussão da pesquisa, realizou-se a pesquisa documental para obter os dados secundários, de natureza qualitativa e quantitativa, sobre o Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial utilizando como fonte documental os documentos internos e externos produzidos durante as fases de concepção, implementação e execução do Programa (ZANELLA, 2009).

Destacamos que a pesquisa ora apresentada se utilizou do documento nominado Plano de Monitoramento e Avaliação do PRÓ-RURAL (IPARDES, 2012), como elemento norteador para a nossa análise e discussões.

## **1 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TERRITORIAL E OS SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

A execução das ações previstas no Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná e do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – PRÓ-RURAL teve sua efetividade concretizada a partir de 12 de dezembro de 2013, com a assinatura do acordo de empréstimo nº 8201-BR entre o Estado do Paraná e o Banco Mundial.

A construção da análise da pesquisa será realizada a partir dos objetivos específicos descrito para o Programa e de que forma o atingimento destes objetivos, verificados a partir dos indicadores de desempenho que foram construídos para o monitoramento e a avaliação, impactaram no desenvolvimento socioeconômico na área do Programa.

Conforme apresentado no Manual Operativo (PARANA, 2014, v. 2), espera-se que as ações desenvolvidas atinjam o público selecionado desta intervenção pública, ou seja, os *“pequenos produtores”*, contribuindo para *“aumentar a competitividade”* e, conseqüentemente, a diminuição das desigualdades existentes entre as regiões Central e Vale do Ribeira e as demais regiões no Paraná.

O primeiro objetivo específico previsto no PRÓ-RURAL é o de *“fortalecer a capacidade organizacional e gerencial da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER”*

por meio da disponibilização de recursos para o custeio e investimento visando garantir a realização dos trabalhos de campo dos técnicos da EMATER, os processos de capacitação dos técnicos da assistência técnica e extensão rural envolvidos na execução do Programa e o incremento no número de técnicos que atuam na área de ação do PRÓ-RURAL, garantindo a qualidade e a ampliação do número de agricultores atendidos pelos serviços da assistência técnica do EMATER.

As informações disponibilizadas nos relatórios de execução (SEAB, 2016; SEAB, 2017) e nos relatórios de monitoramento (IPARDES, 2014a; IPARDES, 2014b; IPARDES, 2015a; IPARDES, 2015b; IPARDES, 2016), para o período de janeiro de 2013 a abril de 2017, relatam que aproximadamente R\$ 9,356 milhões foram gastos no intuito de efetivar a estruturação da ATER pública oficial sendo que, (R\$) 5,760 milhões foram para os investimentos físicos na EMATER, por meio da aquisição de 131 (cento e trinta e um) veículos novos, a reforma de 113 (cento e treze) escritórios locais e regionais e a aquisição de 71 (setenta e um) computadores – tipo desktop, incluindo os softwares, e que aproximadamente (R\$) 3,596 milhões foram recursos destinados ao custeio dos escritórios municipais para a execução das atividades de campo realizadas pelos técnicos da EMATER.

Com relação aos processos de formação previstos para os técnicos envolvidos na execução, foram realizados 84 eventos, representados por cursos, seminários, dias de campo, entre outras metodologias, proporcionando a capacitação de 2.341 técnicos em 982 horas de atividades (Tabela 3).

TABELA 1 – Número de eventos, participantes e horas de capacitação dos técnicos realizados pelo pró-rural – Jan. 2013 – Abr. 2017

Capacitações dos técnicos envolvidos na execução do programa	Número de evento	Número de participantes	Número de horas de atividades
Total	84	2.341	982

FONTE: SEAB (2017)

EXTRAÍDO: Sistema de acompanhamento físico-financeiro do Emater (SAFE)

Sobre o incremento no número de técnicos, com base nas informações contidas na Ajuda Memória da Missão de Monitoramento realizada em abril de 2016, o EMATER no ano de 2014 realizou concurso público para a contratação de novos técnicos. Como resultado, em 2016 foram aprovados e contratados 143 novos técnicos, e destes, 73 técnicos foram alocados para trabalharem na área do Programa. (BANCO MUNDIAL, 2016a, pg.2)

Em vista, desse conjunto de informações apresentadas sobre a execução, a análise dos indicadores de desempenho previstos, produtos e de resultado intermediário, definidos para o atingimento do objetivo específico, contidas no Modelo Lógico do PRÓ-RURAL (IPARDES, 2012), nos permite afirmar que o “fortalecimento da capacidade organizacional e gerencial da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER” foi alcançado durante a execução do Programa.

A estrutura do Programa descrita no Modelo Lógico do Programa estabeleceu como medidas de mensuração no atingimento deste objetivo, os seguintes indicadores de produtos: a reforma 102 escritórios, a aquisição de 100 veículos, a modernização da tecnologia da informação da EMATER, este sem especificar e quantificar o produto, além da capacitação de 250 técnicos envolvidos na execução e gestão do Programa, em diversas áreas do conhecimento.

Para o indicador de resultado intermediário, conforme apresentado na Figura 6, foi estabelecida uma fórmula para quantificação da taxa de fortalecimento de ATER definida pela fórmula (1),

$$\text{Taxa de fortalecimento da ATER} = \frac{[\text{n}^\circ \text{ técnicos disponibilizados} / \text{n}^\circ \text{ técnicos previstos (50)} + \text{n}^\circ \text{ escritórios adequados} / \text{n}^\circ \text{ previsto de escritórios adequados (102)}] / 2}$$

Conforme os resultados apresentados, as taxas de desempenho para os indicadores de produto foram de 110,7%, 131% e 936,4%, respectivamente para a reforma dos escritórios, aquisição de veículos e a capacitação dos técnicos envolvidos na execução do Programa.

Na sequência foi analisado taxa de desempenho do indicador de resultado intermediário utilizando-se a fórmula (1), definida no Modelo Lógico, obtendo-se como resultado a taxa de 128,5%, sendo o resultado composto pelas taxas de 146% e 110,7%, respectivamente para os indicadores do número de técnicos disponibilizados e a reforma de escritórios.

A apresentação das taxas de desempenho para os indicadores de produtos e de resultado intermediário referenda a afirmação inicial sobre o atingimento, com sucesso, do objetivo específico de “fortalecer a capacidade organizacional e gerencial da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER”.

O segundo objetivo específico previsto é o de “desenvolver e apoiar os mecanismos de formação do capital humano e social nos Territórios” visando contribuir com a implementação do Programa e que permitam a este capital social atuar como agente de desenvolvimento local e/ou territorial.

O cumprimento deste objetivo está diretamente relacionado a capacitação das lideranças locais e regionais existentes, nominadas de “público estratégico”. Segundo o Manual Operativo “o público estratégico é formado por integrantes dos Conselhos Municipais e Colegiados Territoriais, além de líderes locais e agentes públicos diversos” (PARANA, 2014, v.2, pg.21).

Neste sentido, a organização e funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR e dos Colegiados Territoriais - CT também são aspectos fundamentais a serem considerados para o alcance do objetivo sendo inclusive, utilizado como parâmetro na mensuração do indicador de resultado intermediário (IPARDES, 2012), por meio dos percentuais de conselhos municipais e de colegiados territoriais apoiando o Programa através da instalação de câmaras técnicas, expresso pelas formulas (2) e (3):

$$(2) \% \text{ de câmaras territoriais apoiando o Programa} = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ câmaras técnicas dos colegiados instituídas}}{\text{n}^{\circ} \text{ colegiados (8)}}$$

$$(3) \% \text{ de câmaras municipais apoiando o Programa} = \frac{\text{n}^{\circ} \text{ câmaras técnicas dos conselhos instituídas}}{\text{n}^{\circ} \text{ conselhos (131)}}$$

No período de janeiro de 2013 a abril de 2017, as informações disponibilizadas nos relatórios de atividades do Programa (SEAB, 2016; SEAB, 2017), relatam o esforço do EMATER, em conjunto com as lideranças e agentes públicos locais, para a (re)organização dos 131 CMDR, dos 8 colegiados territoriais e a constituição das 131 câmaras técnicas municipais e as 8 câmaras técnicas territoriais.

Neste sentido, as atividades realizadas no período focaram o trabalho na institucionalização dos conselhos municipais por meio de leis ou decretos municipais, na nomeação formal (decreto) dos conselheiros para o trabalho nos CMDR e na elaboração de planos municipais de desenvolvimento rural.

Como consequência deste trabalho junto às instâncias gestoras do Programa, o relatório de atividades (SEAB, 2016) apresentou os seguintes resultados: 70,2% dos Conselhos Municipais existentes foram oficializados por ato legal do executivo municipal, 55,8% dos gestores municipais realizaram a nomeação formal dos conselheiros que atuariam nestas instâncias de participação social e 38,6 % dos conselhos municipais fizeram a atualização dos planos municipais de desenvolvimento rural - PMDR.

Acrescenta-se a este resultado a informação que 122, ou seja, 93,1% dos CMDR instituíram a câmara técnica do PRÓ-RURAL.

Com relação aos Colegiados Territoriais houve a instalação das câmaras técnicas em 100%, assim como a elaboração ou atualização dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural – PTDR.

É importante lembrar que a câmara técnica do PRÓ-RURAL, é uma instância com atribuições executivas, composta por representantes técnicos do poder público e da iniciativa privada que atuam no município, onde permeia todo o planejamento, monitoramento e execução das atividades, compondo o arranjo organizacional estabelecido para a execução do programa.

Além disso, os processos capacitação do público estratégico, representado pelos integrantes dos CMDR e dos Colegiados Territoriais, das lideranças local/regional e dos agentes públicos resultaram no envolvimento de 8.921 pessoas, por meio da realização de 229 eventos que totalizaram 1.921 horas de atividades (TAB. 2).

TABELA 2 – Número de eventos, participantes e horas realizados com público estratégico entre 2013 A 2017 – Abril/2017

CAPACITAÇÕES DO PÚBLICO ESTRATÉGICO	NÚMERO DE EVENTO	NÚMERO DE PARTICIPANTES	NÚMERO DE HORAS DE ATIVIDADES
Total	229	8.921	1.921

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Seab (2017)

ELABORAÇÃO: O autor (2017)

EXTRAÍDO: Sistema de acompanhamento físico – financeiro do Emater (SAFE)

As informações apresentadas para a execução nos apontam para taxas de desempenho de 143,9%, 100% e 93,1% respectivamente, para a mensuração dos indicadores de produto e de resultado intermediário desse objetivo específico.

Sendo assim, com base nas taxas de desempenho apresentadas, podemos afirmar que o objetivo específico de *“desenvolver e apoiar os mecanismos de formação do capital humano e social nos Territórios”* foi alcançado no período de execução do Programa.

Neste ponto em diante, analisaremos dois objetivos específicos ligados a ações descritas no escopo do Programa como estruturantes e consideradas basilares para o sucesso dos processos de desenvolvimento rural dentro da área de atuação do Pró-Rural.

Iniciaremos a análise com o objetivo específico de *“fomentar o gerenciamento da infraestrutura viária rural através de consórcios públicos municipais”*.

É relevante destacar que a malha viária rural é de grande importância para a economia de qualquer país, e suas condições de infraestrutura e trafegabilidade são primordiais para o processo de desenvolvimento das comunidades.

No Paraná, a rede viária é formada basicamente por estradas não pavimentadas ou estradas rurais, sendo o principal elo entre o campo e os núcleos urbanos. Estima-se em aproximadamente 110.000 km a rede viária rural no Estado, os quais necessitam de permanentes manutenções, melhorias, adequações e/ou readequações (PARANA, 2012, v.2).

O Programa estabeleceu quatro indicadores, sendo três indicadores de produtos e um indicador de resultado intermediário, como parâmetros para medir o cumprimento deste objetivo.

Os indicadores de produtos estão relacionados a (i) aquisição de 9 conjuntos de máquinas e equipamentos de manutenção rodoviária para a composição de patrulhas rodoviárias<sup>3</sup> e a sua cessão a 7 consórcios intermunicipais, (ii) a realização de capacitações para 1.600 operadores das máquinas e 400 gestores municipais (técnicos, engenheiros e secretários de obras, entre outros) e a (iii) elaboração de 60 planos municipais de gestão e conservação de estradas rurais.

A taxa de investimento para o apoio aos consórcios será utilizada como o indicador de resultado intermediário, expressa pela fórmula,

$$(4) \text{ taxa de investimento} = \frac{\text{valor de investimento executado para gestão de estradas rurais}}{\text{valor do investimento programado para gestão de estradas rurais}}$$

Com relação às atividades previstas para este objetivo específico, apenas a aquisição das máquinas e equipamentos rodoviários (patrulhas rurais), com um valor total de investimentos de aproximadamente de (R\$) 23,12 milhões, e a cessão das patrulhas rurais por meio de convênios para oito (8) consórcios intermunicipais tiveram a execução iniciada no período (SEAB, 2017).

Sendo assim, o Programa atendeu momentaneamente a apenas dois dos indicadores de desempenho previstos no Modelo Lógico.

O primeiro indicador atendido é o relacionado a aquisição das máquinas e a cessão para os consórcios municipais, no qual o Programa obteve uma taxa de desempenho do indicador de 114%. A execução com valor superior a 100%% foi obtida por meio do repasse extra de uma patrulha rodoviária aos consórcios intermunicipais.

Com relação ao indicador de resultado intermediário, calculado pela taxa de investimento (4), de acordo com a execução financeira do Programa até abril de 2017, foram investidos 71,2% do valor inicial previsto de (R\$) 32,475 milhões para execução desta ação em estradas rurais (SEAB, 2017).

Sendo assim, com base no número de indicadores já atendidos e as taxas de desempenho apresentadas, podemos dizer que o objetivo específico de *“fomentar o gerenciamento da infraestrutura viária rural através de consórcios públicos municipais”* foi apenas parcialmente atingido no período de execução do Programa, sendo que as ações apresentadas como importantes para a modernização da gestão da rede viária rural,

<sup>3</sup> A composição das patrulhas rodoviárias é de 1 Caminhão comboio abastecedor, 1 escavadeira hidráulica, 1 Motoniveladora, 1 Retroescavadeira 4x4, 1 Rolo compactador liso vibratório automático, 1 trator de esteira e 4 Caminhão basculante.

como os processos de capacitação e a elaboração dos planos municipais de gestão, ainda não foram iniciadas.

O outro objetivo específico, ligado a uma ação considerada estruturante no Programa é o de *“incentivar os processos de regularização fundiária”* em terras privadas por meio de ações de usucapião, tendo a execução desta ação realizada pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG.

Segundo o relatório de atividades (SEAB, 2017), de 2013 a 2017, foram realizados os trabalhos em vinte e sete (27) municípios, com o cadastramento de 6.304 agricultores familiares, que resultaram no trabalho de georreferenciamento em 4.163 propriedades rurais, num total de 45.083,9 hectares de terras com os limites do imóvel rural mapeadas.

Como resultado, até o momento, foram ajuizadas ações envolvendo 1.538 famílias de agricultores familiares.

Como parâmetro para aferição do cumprimento do objetivo de *“incentivar os processos de regularização fundiária”* foi estabelecida a taxa de processos ajuizados (indicador de produto e resultado intermediário) e a elaboração e publicação de um documento contendo referenciais para a implantação de uma política pública de regularização fundiária (indicador de resultado intermediário).

Com relação à taxa de processos ajuizados os 1.538 beneficiários com ações já ajuizadas representam um percentual de 25,6% de cumprimento da meta de 6.000 famílias previstas no Programa.

Aqui cumpre ressaltar, que observando o número de agricultores nas etapas que antecedem o ajuizamento das ações no judiciário, podemos apontar um número de agricultores suficientes para que o Programa consiga atingir a meta prevista.

A meta de produzir um documento referencial para a ação de regularização fundiária, que compõe o indicador de resultado intermediário, foi cumprido por meio da elaboração e publicação de documento *“Ação da Regularização Fundiária do Programa Pró-Rural - Avaliação Qualitativa”* produzido pelo IPARDES.

Sendo assim, com as informações apresentadas para a execução dos indicadores relacionados a *“incentivar os processos de regularização fundiária”* verificamos que o objetivo específico foi atendido apenas parcialmente, até o presente momento.

Por fim, faremos uma análise de forma conjunta, dos objetivos específicos de *“fortalecer a capacidade organizacional e gerencial das organizações da agricultura familiar (associações e cooperativas)”* e de *“ampliar ou inovar as oportunidades de negócios e a geração de postos de trabalho, com base na consolidação dos sistemas e cadeias produtivas existentes e na diversificação das economias locais”*, em virtude das ações e atividades previstas para a execução destes objetivos serem inter-relacionadas e complementares.

Para os indicadores de produtos utiliza-se como métricas de desempenho: a) a taxa de famílias recebendo a assistência técnica; b) a taxa de agricultores recebendo capacitações; c) a taxa de projetos de inovação apoiados e; d) a taxa de proposta de iniciativas de negócios (projetos de investimentos) das associações e cooperativas da agricultura familiar financiadas.

Os indicadores do número de famílias recebendo ATER e o número de agricultores capacitados são utilizados na composição do indicador de resultado intermediário, expresso pela fórmula,

$$(5) \text{ Taxa de apoio aos agricultores} = \frac{\text{Número de famílias com ATER}}{21.000 \text{ famílias}} + \frac{\text{Número de agricultores capacitados}}{9.600 \text{ agricultores}}$$

2

As informações sobre a implementação das atividades relacionadas ao atingimento dos objetivos descrevem que os serviços de assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares atendeu 19.667 famílias, conforme a TAB. 3, representando uma taxa de desempenho de 93,6 % do indicador.

TABELA 3 – Número de agricultores familiares recebendo serviços de assistência técnica – Jan. 2013 – Abr. 2017

ANOS	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL (2013 A 2017)
Número de agricultores assistidos	5.700	10.304	11.067	11.195	4.427	19.610

FONTE: Seab (2017)

EXTRAÍDO: Sistema de acompanhamento físico – financeiro do Emater (SAFE)

NOTA: O número total de agricultores assistidos conforme os critérios estabelecidos, exclui-se as repetições.

As atividades de capacitação dos agricultores familiares e suas organizações (público beneficiário) atingiram 50.721 pessoas, nos oito territórios de atuação do Programa, resultado da realização de 926 eventos e 9.428 horas de atividades (TAB. 4).

TABELA 4 – Número de eventos, participantes e horas realizados para os agricultores e suas organizações – Jan. 2013 – Abr. 2017

Capacitações dos agricultores e suas organizações (associações e cooperativas)	Número de evento	Número de participantes	Número de horas de atividades
Total	926	50.721	9.428

FONTE: Seab (2017)

ELABORAÇÃO: O autor (2017)

EXTRAÍDO: Sistema de acompanhamento físico-financeiro do Emater (SAFE)

Sobre o apoio aos projetos de inovação (subcomponente 2.1), as informações apontam que se encontra na fase inicial de implementação, com início a partir de julho de 2016, por meio da realização de oito seminários territoriais para a mobilização dos territórios para a discussão do tema da “Inovação na Agricultura Familiar” e o levantamento das cadeias produtivas ou temas prioritários que apresentavam necessidades de projetos ligados a inovação. (SEAB, 2017).

Com relação ao apoio financeiro as iniciativas de negócios (projetos de investimentos) das associações e cooperativas da agricultura familiar a estratégia definida pelo Programa para atender a demanda foi a publicação de editais públicos para a seleção das iniciativas de negócios (projetos de investimentos).

Porém, até o momento apenas dez (10) iniciativas de negócios (projetos) foram financiadas, no valor de R\$ 2,126 milhões de reais, conforme informações disponibilizadas pela SEAB nos seus endereços eletrônicos<sup>4</sup>.

Fazendo a análise das informações apresentadas para a execução das atividades previstas para o cumprimento dos objetivos específicos de *“fortalecer a capacidade organizacional e gerencial das organizações da agricultura familiar (associações e cooperativas)”* e de *“ampliar ou inovar as oportunidades de negócios e a geração de postos de trabalho, com base na consolidação dos sistemas e cadeias produtivas existentes e na diversificação das economias locais”*, podemos apontar as taxas de desempenho de 96,3%, 528,3%, 13,3% e 13,3% respectivamente, para a mensuração dos indicadores de produtos relativos a taxa de famílias recebendo a assistência técnica; a taxa de agricultores recebendo capacitações; a taxa de projetos de inovação apoiados e; a taxa de proposta de iniciativas de negócios (projetos de investimentos) das associações e cooperativas da agricultura familiar financiadas.

O indicador de resultado intermediário relativo a taxa de apoio aos agricultores, expresso pela formula (5), apresentou um desempenho de 312,3%, muito influenciado pela alta taxa de desempenho apresentada no número de agricultores capacitados (528,3%).

O conjunto das informações apresentadas para a execução das atividades relacionadas a *“fortalecer a capacidade organizacional e gerencial das organizações da agricultura familiar (associações e cooperativas)”* e de *“ampliar ou inovar as oportunidades de negócios e a geração de postos de trabalho, com base na consolidação dos sistemas e cadeias produtivas existentes e na diversificação das economias locais”*, nos permite dizer que os objetivos previstos foram atendimento apenas parcialmente até o presente momento.

<sup>4</sup> [http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deagro/Proterritorio/relatorios/Informacoes\\_Propostas\\_Negocios\\_SITE.xls](http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deagro/Proterritorio/relatorios/Informacoes_Propostas_Negocios_SITE.xls) e <http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=251>

No entanto, a efetividade da ação encontra-se comprometida em virtude da baixa taxa de desempenho do principal indicador desta ação, a taxa de proposta de iniciativas de negócios (projetos de investimentos) das associações e cooperativas da agricultura familiar financiadas.

A etapa final da nossa análise focará na mensuração do indicador de resultado final descrito como “agricultores familiares com inserção socioprodutiva sustentável” que expressa o resultado da implementação do Programa (IPARDES, 2012)

A fórmula que expressa o indicador é definida como,

$$(6) \text{ Taxa de organização socioprodutiva} = \frac{R1 \text{ (taxa de fortalecimento da ATER} \times 30) + R2 \text{ (taxa de apoio a agricultores familiares} \times 20) + R3 \text{ (taxa de apoio a projetos} \times 40) + R4 \text{ (taxa de apoio à cooperação e modelo de gestão} \times 10)}{2}$$

Com base nas informações apresentada e as análises de cada objetivo específico realizadas temos as seguintes taxas de desempenho 128,5%, 312,3%, 13,3% e 59,4%, respectivamente para os indicadores de resultados intermediários de fortalecimento de ATER, taxa de apoio a agricultores familiares, taxa de apoio a projetos e taxa de apoio à cooperação e modelo de gestão.

Aplicando-se a fórmula (6) no cálculo do indicador de resultado final chegamos a taxa de desempenho do Programa de 56,14%.

Uma análise direta do número apresentado, nos aponta que o Pró-Rural atingiu no seu indicador de resultado final uma taxa de desempenho alguns pontos percentuais acima da média.

Porém, quando analisamos o indicador de resultado final, decompondo-o, observamos uma forte influência atribuída ao desempenho do indicador de resultado intermediário relativo a taxa de apoio a agricultores familiares (312,3%).

Em que pese, a fórmula atribuir pesos aos indicadores intermediários, situações como a apresentada acima, podem interferir no resultado final apresentado, distorcendo-o.

Nesse sentido, observando o desempenho dos demais indicadores intermediários, em especial, o indicador referente a taxa de apoio a projetos que possui um peso importante para o efetivo sucesso do Programa e que tem um forte impacto socioeconômico para os municípios apresenta um baixo desempenho para o atual estágio de implementação do Programa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as informações apresentadas sobre a implementação do Programa e os resultados obtidos como fica a hipótese que a utilização de financiamentos internacionais tem contribuído para o desenvolvimento socioeconômico do Paraná?

As informações no permite atribuir alguns impactos positivos obtidos com a implementação das ações previstas para o Programa, como fatores de contribuição para desenvolvimento socioeconômico da região.

Os aspectos relacionados ao fortalecimento institucional da EMATER na área de atuação do Programa, promovendo e garantindo recursos para a prestação dos serviços de ATER e a qualificação do corpo técnico para a promoção do desenvolvimento socioeconômico, permitiu o atendimento da assistência técnica, de forma qualificada, para os agricultores familiares, principalmente, nas pequenas propriedades rural.

Conforme aponta o Censo Agropecuário do IBGE (2016), os serviços de assistência técnica e extensão rural, pública e gratuita, são indispensáveis para o êxito dos agricultores familiares e de suas atividades produtivas, permitindo criar um ambiente favorável a sua inserção socioproductiva.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), indicam que apenas 22% dos estabelecimentos agrícolas do país recebem os serviços de assistência técnica, sendo a prestação do serviço mais comum entre os médios e grandes produtores.

As informações apresentadas no Censo (IBGE, 2016) demonstram que a prestação regular dos serviços de assistência técnica aos agricultores familiares impacta de forma positiva no aspecto da geração de renda nestas propriedades. Os dados do Censo (2016) apresentam que as propriedades rurais assistidas possuem um Valor Bruto de Produção – VBP maior em 360 % comparados as propriedades que não recebem regularmente a ATER.

Porém, os dados apresentados no Censo (2006) indicam que grande parte dos agricultores familiares ainda não recebem esse tipo de serviços e orientação, prestado de forma gratuita, conforme prevê a Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006.

É neste sentido, que o atingimento de forma satisfatória dos objetivos de *fortalecer a capacidade organizacional e gerencial da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER* pelo Programa PRÓ-RURAL possui um impacto positivo no desenvolvimento socioeconômico da região de atuação do Programa.

Além disso, a realização pelo Programa de processos de capacitação junto aos agricultores familiares, como forma de agregar informações e gerar conhecimento, também possui impactos positivos no desenvolvimento socioeconômico, sendo que a formação do

capital humano e social é fundamental para aprimorar sistemas de produção, agregar valor, gerar oportunidades e acesso a mercado e fomentar o associativismo e cooperativismo (VEIGA, 1994; BIANCHINI, 2008)

Neste aspecto resta evidenciado o sucesso do Programa na promoção de processos educacionais informais junto aos agricultores familiares como forma de elevar os conhecimentos desses agricultores.

Outro ponto de destaque como gerador de impactos positivos para a indução de processos de desenvolvimento socioeconômico na região é ação de regularização fundiária realizada pelo PRÓ-RURAL.

Informações da avaliação qualitativa da ação (IPARDES, 2017) apontam avanços na construção de uma política pública para a regularização fundiária em terras privadas no Estado do Paraná, muito fruto, das demandas geradas pela inclusão desta ação no escopo do Programa.

A avaliação do IPARDES (2017) aponta a redução e racionalização de custos do ITCG na medição coletiva das terras e organização dos processos e a inclusão da Defensoria Pública como medidas que tem contribuído positivamente na construção desta política pública

Porém, os possíveis impactos diretos da regularização fundiária junto aos agricultores ainda não podem ser percebidos de forma clara, sendo estes, inclusive, alvo de um estudo executado pelo IPARDES (2016), no qual serão analisadas as variáveis do acesso a créditos e financiamentos, a assistência técnica e o bem-estar.

Espera-se que a avaliação também consiga perceber outros potenciais impactos no desenvolvimento socioeconômico relacionados ao aumento dos investimentos em melhorias na infraestrutura das propriedades, o aumento de produtividade na agricultura, a mudança de culturas/criação, o aumento no valor de terras, a adoção de práticas sustentáveis e a adequação ao código florestal e às normas ambientais (IPARDES, 2016).

Por fim, os impactos no desenvolvimento socioeconômico previstos com a implementação dos apoios financeiros as iniciativas de negócios (projetos de investimentos) previstas das associações e cooperativas da agricultura familiar ainda não foram alcançados em virtude da baixa implementação do programa.

Porém, em que pese a baixa implementação desta ação no campo, é a ação com um enorme potencial de impactar no curto e médio prazo os processos de desenvolvimento socioeconômico na área do PRÓ-RURAL.

Essa expectativa também é apontada nos estudos de avaliação de impacto realizado pelo Banco Mundial na revisão de meio termo do Projeto Multissetorial (BANCO MUNDIAL, 2016).

Conforme apontado no relatório de avaliação econômica do Banco Mundial, a análise de alguns dos projetos produtivos apoiados no primeiro edital realizado pelo PRÓ-RURAL, geraram uma taxa de retorno média de 6,3% para os investimentos produtivos apoiados (BANCO MUNDIAL, 2016).

O Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial - PRÓ-RURAL, seguindo a trajetória dos programas anteriores financiados com recursos dos BMD, também busca apoiar ações de desenvolvimento socioeconômico do rural paranaense.

Os resultados apresentados na implementação do Programa apontam alguns avanços na promoção do desenvolvimento socioeconômico do meio rural paranaense, porém, ainda se mantem alguns desafios já apresentados em programas anteriores e que acarretam dificuldades no atingimento dos resultados previstos.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Ajuda memória da missão de monitoramento**: 24 a 27 de fevereiro e 24 a 26 de março de 2014. Curitiba, 2014. Circulação restrita.

\_\_\_\_\_. **Ajuda memória da missão de monitoramento**: 25 de agosto a 5 de setembro de 2014. Curitiba, 2014. Circulação restrita.

\_\_\_\_\_. **Ajuda memória da missão de monitoramento**: 31 de agosto a 4 de setembro de 2015. Curitiba, 2015. Circulação restrita.

\_\_\_\_\_. **Ajuda memória da missão de revisão de meio termo**: 4 a 8 de abril de 2016. Curitiba, 2016. Circulação restrita.

\_\_\_\_\_. **Ajuda memória da missão de monitoramento**: 7 a 11 de novembro de 2016. Curitiba, 2016. Circulação restrita.

\_\_\_\_\_. **Project Appraisal Document (PAD)**: Brazil – SWAp for Paraná Multi-Sector Development Project. Washington, DC, 2012. (Report. nº 67.388 – BR). For official use only.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Avaliação de Impacto do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**. Curitiba, maio de 2010. Circulação restrita.

BIANCHINI, V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf e a Sustentabilidade da Agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 411 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/23805/valter.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Assuntos Internacionais. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/assuntos-internacionais/estatisticas-cofiex-1>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar modelo lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília: IPEA, 2010. (Nota Técnica, 6).

IBGE. **Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2009**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?idnoticia=1464&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?idnoticia=1464&id_pagina=1)>. Acesso em: 01 abr. 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Ação de regularização fundiária, programa pró-rural**: avaliação qualitativa. Curitiba, 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional do Projeto Paraná 12 meses**. Curitiba, 2006.

\_\_\_\_\_. **Modelo lógico programa pró-rural**. Curitiba, 2012. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/1\\_prorural.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/1_prorural.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento e avaliação de programas e projetos, termo de referência**. Curitiba, jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Programa de Apoio à População Carente do Alto Ribeira PRO-Ribeira**: diagnóstico e propostas de ação. Curitiba, 1980.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição em Microbacias Hidrográficas**: avaliação de impacto do Paraná Rural: Curitiba, 1998.

\_\_\_\_\_. **Programa de Manejo e Conservação do Solo em Microbacias Hidrográficas**: avaliação da estratégia global do Paraná-Rural. Curitiba, 1993.

\_\_\_\_\_. **Projeto integrado de apoio ao pequeno produtor rural – Pró-Rural**: avaliação do impacto regional – 2ª fase. Curitiba, 1992.

\_\_\_\_\_. **Referências básicas**. Curitiba: IPARDES, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório de monitoramento 2º semestre de 2014**. Curitiba, maio 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em: 12 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório de monitoramento 2º semestre de 2015**. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.planejamento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em: 12 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório de monitoramento 1º semestre de 2016**. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.planejamento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em: 12 out. 2017.

IPEA. **As relações econômicas do Brasil com os principais bancos multilaterais de desenvolvimento (1990-2012)**. Brasília, 2014. (Texto para Discussão).

MENDES, A. M. **Trabalhos acadêmicos**: normas e orientações. 3. ed. Curitiba: FAE Centro Universitário, 2012.

PARANÁ. Governo. **Projeto Paraná 12 meses**: manual operativo. Curitiba, 1998.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Unidade Técnica do Programa. **Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial**: Relatório de Atividades do PRÓ-RURAL 2013-2015. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=220>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Unidade Técnica do Programa. **Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial**: Relatório de Atividades do Pró-Rural 2016 – **1º TRIM 2017**. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=220>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Plano Plurianual 2016-2019**: Lei nº 18.661/2015. Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/PPA20162019.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Plano Plurianual 2012- 2015**: Lei nº 17.012/2011. Curitiba, 2011. Disponível em: <<http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/PPA20162019.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Plano Plurianual 2012-2015**. Curitiba: SEPL, 2012. Disponível em: <[http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Lei\\_17013\\_de\\_14\\_12\\_2011\\_PPA\\_2012\\_2015.pdf](http://www.planejamento.pr.gov.br/arquivos/File/Lei_17013_de_14_12_2011_PPA_2012_2015.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**: carta consulta. Curitiba: SEPL, 2011. (Documento técnico). Circulação restrita.

\_\_\_\_\_. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**: manual operativo do projeto. Curitiba, 2014. v.

1. Disponível em: <<http://www.planejamento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**: manual operativo do projeto. Curitiba, 2014. v.

2. Disponível em: <<http://www.planejamento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Infraestrutura e Logística. **Sistema Rodoviário Estadual**. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.infraestrutura.pr.gov.br/arquivos/File/sre0112016.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PARANÁ. Secretaria do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. **Relatório de Atividades do PRÓ-RURAL**. Curitiba, 1986.

VEIGA, J. E. et al. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO; Incra, 1994.